

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

LUZIANE DA SILVA CUNHA

**CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA ESPECIALIZADA
PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS: Uma pesquisa de
campo em Aracaju/SE**

**Aracaju – SE
2022**

LUZIANE DA SILVA CUNHA

**CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA ESPECIALIZADA
PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS: Uma pesquisa de
campo em Aracaju/SE**

**Artigo científico apresentado à
Faculdade Amadeus, como requisito
final para obtenção do Grau de
Licenciada em Pedagogia**

Orientadora: MsC Carla Daniela Kohn

**Aracaju – SE
2022.2**

Biblioteca FAMA

C972c Cunha, Luziane da Silva
Contribuição da escola regular e da escola especializada para os alunos com deficiência e transtornos : uma pesquisa de campo em Aracaju/SE / Luziane da Silva Cunha ; orientação [de] MsC. Carla Daniela Kohn. – Aracaju : FAMA, 2022.

23 f.

Artigo científico apresentado como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia – Faculdade Amadeus

Inclui bibliografia.

1. Educação especial. 2. Escola especializada. 3. Inclusão escolar. I. Kohn, Carla Daniela Kohn (orient.). II. Faculdade FAMA. III. Título.


CDU: 376

**CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA ESPECIALIZADA
PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS: Uma pesquisa de
campo em Aracaju/SE**

Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como
requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.



Coordenador do Curso Williams dos Santos



Orientadora Msc. Carla Daniela Kohn



Avaliadora Dr^a Áurea Machado de Aragão



Avaliadora Dr^a Tâmara Regina Reis Sales

Avaliação Final: 9,5 (nove e meio)

Aprovada em: Aracaju 22.11.2022

CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA ESPECIALIZADA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS: Uma pesquisa de campo em Aracaju/SE

Luziane da Silva Cunha¹

RESUMO

A educação de pessoas com deficiência passou por vários estágios ao longo do tempo. Atualmente a educação especial é ofertada em duas modalidades, sendo o ensino no modelo de inclusão escolar, e o ensino prestado em escolas especializadas. Embora ainda existam instituições exclusivas para pessoas com deficiência, a legislação prevê que a educação especial seja ofertada preferencialmente em escolas regulares. Nesse sentido questionou-se qual seria a modalidade de ensino ideal para inserir os alunos com deficiência e transtorno, considerando se esses alunos realmente estão sendo educados, e qual o preparo das escolas. E para tanto estabeleceu-se como objetivo analisar o papel desempenhado pelas escolas especializadas e pelas escolas inclusivas, tendo como foco o ensino de pessoas com deficiência e transtornos. O estudo foi desenvolvido a partir da realização de pesquisa bibliográfica, seguida por uma pesquisa de campo desenvolvida em duas escolas públicas. Sendo uma escola especializada da rede estadual localizada no município de Aracaju, e uma escola regular da rede municipal de ensino, também em Aracaju. E concluiu-se que embora a inclusão escolar seja a modalidade preferencial de educação especial, o estudo realizado comprovou que a escola especializada ainda se faz necessária para a educação de pessoas com deficiência e transtorno.

Palavras-chave: Educação Especial. Escola Especializada. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The education of people with disabilities has gone through several stages over time. Currently, special education is offered in two modalities, teaching in the school inclusion model, and teaching provided in specialized schools. Although there are still exclusive institutions for people with disabilities, the legislation provides that special education is offered preferably in regular schools. In this sense, it was questioned what would be the ideal teaching modality to include students with disabilities and disorders, considering whether these students are really being educated, and what the schools are prepared for. And for that, the objective was to analyze the role played by specialized schools and inclusive schools, focusing on teaching people with disabilities and disorders. The study was developed from the accomplishment of a bibliographical research, followed by a field research developed in two public schools. Being a specialized school of the state network located in the municipality of Aracaju, and a regular school of the municipal education network, also in Aracaju. And it was concluded that although school inclusion is the preferred modality of special education, the study carried out proved that the specialized school is still necessary for the education of people with disabilities and disorders.

Keywords: Special Education. Specialized School. School Inclusion.

* Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus- e-mail: luzianesilvacunha97@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ultimamente vimos uma discussão expressiva em torno do atendimento educacional voltado para crianças deficientes, e a principal questão levantada é se essas crianças devem ser inseridas em escolas normais, ou seja, no sistema regular de ensino, ou o ideal seria inseri-las em uma instituição especializada.

Considerando a atual situação da educação no Brasil, digamos que em andamento, devido às constantes tentativas de ajustar o sistema educacional para que se torne compatível com a realidade vivenciada. Podemos concordar que a cada dia a sociedade se mostra ainda mais heterogênea, assim sendo necessários ajustes constantes na estrutura de ensino, com novos métodos educacionais para atender esse público com suas diversidades.

Reconhecendo que as escolas brasileiras, de modo geral, encontram dificuldades em entregar uma educação de qualidade, proporcionando uma aprendizagem significativa aos alunos ditos “normais”, imaginamos então como estaria o nível de dificuldade encarado por parte das escolas especializadas ou das escolas inclusivas.

Dentro desse contexto questionou-se: Como podemos identificar qual instituição é mais adequada para cada aluno com deficiência e transtornos? Como essas instituições estão trabalhando com esse grupo de alunos? Qual a formação dos professores e organização curricular dessas escolas?

Refletimos se de fato esses alunos estão sendo educados, seja na perspectiva da inclusão escolar em escola regular ou numa escola especializada, levanta-se a questão se esses alunos são trabalhados adequadamente afim de atingir um progresso considerável, desenvolvendo suas capacidades físicas, cognitivas e habilidades necessárias para um bom convívio social.

Portanto, esse estudo propôs analisar a atuação das escolas frente a necessidade de atendimento pedagógico e psicopedagógico por parte dos alunos com deficiências e transtornos. Para melhor abordar essa temática, esse trabalho foi estruturado com base no estudo de autores como Mantoan (2003) e Mazzotta (2001), e também na opinião de professores que acompanham alunos deficientes, sendo um grupo de uma escola do sistema regular de ensino e outro grupo atuante numa escola especializada voltada para os deficientes intelectuais e com transtornos. Os resultados da pesquisa realizada serão apresentados mais adiante.

O objetivo principal da pesquisa consistiu em analisar a atuação pedagógica das instituições de ensino regular, e das instituições especializadas para a educação de alunos com deficiências e transtornos. Para alcançar o objetivo almejado, foi preciso conceituar a educação especial nas perspectivas da inclusão escolar e da escola especializada. Seguido de um estudo aprofundado acerca da história da educação especial no Brasil, buscando também identificar os critérios que determinam qual das modalidades de ensino se faz mais adequada para cada aluno com deficiências e transtornos.

A presente pesquisa foi desenvolvida seguindo uma abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.31) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Essa definição de pesquisa qualitativa alinha-se com a pesquisa em questão, devido à pretensão desta estar voltada para a busca de informações em torno do tipo de ensino que está sendo ofertado em cada instituição que fará parte da pesquisa.

Para abordar o tema com máxima propriedade foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica, pois como afirma Fonseca (2002), é por meio da pesquisa bibliográfica que é feito o levantamento de informações de procedência já validada. Assim dando o fundamento teórico necessário para a base de um trabalho científico. A pesquisa bibliográfica foi realizada com foco no histórico evolutivo da educação especial no Brasil, considerando os avanços e os retrocessos até a atualidade.

Quanto aos objetivos definiu-se a pesquisa como exploratória, afim de compreender o tema partindo do geral até alcançar um entendimento mais específico. Para Gil (2002) a pesquisa exploratória objetiva maior aproximação com a questão abordada, e a partir dessa intimidade com o assunto será possível estruturar um pensamento em torno do tema explorado.

Seguido com a realização de uma pesquisa de campo, aplicada em duas instituições, sendo a primeira uma escola especializada em educação de alunos com deficiência intelectual e transtornos (da rede estadual de ensino, localizada no município de Aracaju). Enquanto a segunda é uma escola do sistema regular de ensino da (rede municipal também em Aracaju).

Esse procedimento de pesquisa serviu de complemento para a pesquisa bibliográfica, ambos essenciais para o desenvolvimento de um trabalho científico.

Assim como afirma Fonseca (2002)

Pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (p. 37).

A pesquisa de campo foi realizada tendo como público os professores que atuam no atendimento pedagógico dos alunos deficientes. A pesquisa foi desenvolvida a partir da realização de entrevistas dos participantes, e como instrumento de pesquisa para direcionar as entrevistas, foi feito uso de um questionário elaborado previamente. De acordo com Gil (2002):

A realização de entrevistas de pesquisa é muito mais complexa que entrevistas para fins de aconselhamento ou seleção de pessoal. Isso porque a pessoa escolhida não é a solicitante. Logo, o entrevistador constitui a única fonte de motivação adequada e constante para o entrevistado. Por essa razão, a entrevista nos levantamentos deve ser desenvolvida a partir de estratégia e tática adequadas. (p.117)

Ainda segundo Gil (2002):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (p.121)

Segundo os princípios do autor anteriormente citado, foi elaborado um questionário a fim de conduzir a entrevista de forma prática para assim obter respostas claras e com significado singular.

Após a obtenção das informações consideradas relevantes para a pesquisa com a realização das entrevistas, foi realizada a análise dessas informações a fim de complementar o estudo, que se iniciou por meio da pesquisa bibliográfica realizada anteriormente.

Assim, concluindo a pesquisa com a elaboração do relatório final, em forma de artigo, descrevendo toda a trajetória percorrida com as descobertas feitas em cada etapa ao longo do trabalho desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Especial

Na atualidade a educação está organizada em setores, as escolas já não apresentam mais um segmento hegemônico. O modelo de ensino hoje está

categorizado de acordo com as diversas necessidades que a sociedade apresenta, mas nem sempre foi assim.

Ao longo do tempo foi-se percebendo que as necessidades das pessoas não podiam mais ser atendidas de uma única forma, isto é, o modelo único de ensino não alcançava mais toda a população estudantil. Como aponta Mantoan (2003, p.12)

[...] as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

Foi visto que além da diferença no nível de desenvolvimento que cada aluno apresenta, o que é considerado normal, com o passar do tempo com as novas e constantes descobertas de transtornos e deficiências, foi se fazendo cada vez mais urgente uma repaginada no modelo educacional para atender ao público diversificado que apresentava tendência de crescimento.

Frente a essa realidade, os órgãos regentes da educação desenvolveram gradativamente uma gama de métodos, práticas e recursos voltados para a educação desse grupo de pessoas, que por razões fisiológicas não eram capazes de acompanhar o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos ditos normais. Assim surge a educação especial, atualmente ofertada em dois sistemas diferentes, um está organizado de modo segregado que é o ensino especializado, já o outro é inclusivo atua de forma conjunta com o ensino regular (GLAT, FERNANDES, 2005).

2.2 Educação especial no Brasil: uma breve retrospectiva

Houve uma época em que as pessoas com deficiência além de discriminadas por suas características consideradas “anormais”, também eram negligenciadas no âmbito educacional. Inicialmente, antes de ter essa atenção que temos hoje voltada para a educação de deficientes, essas pessoas tinham suas necessidades pedagógicas ignoradas, eram vistas como incapazes de apresentar algum progresso, inaptas para o processo de aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo era visto como algo impossível de acontecer.

Com o foco nas dificuldades que seriam encontradas na tentativa de prestar assistência educacional às pessoas deficientes, o progresso na educação especial foi retardado por séculos. Quando por fim foi decidido oportunizar a educação para

as pessoas com transtornos e deficiência, isso por volta do século XIX, aconteceu de modo completamente segregado. A educação especial a princípio surgiu como um meio de prestar assistência educacional aos deficientes mentais, esse atendimento era realizado em instituições exclusivas para pessoas com deficiência, onde o ensino estava integrado a uma série de terapias médicas.

Segundo Silva (2010, p. 9) “a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas”. Isto é, inicialmente a educação especial era um componente complementar ao tratamento clínico prestado às pessoas com deficiência, principalmente nos casos dos deficientes mentais.

No entanto, mesmo não sendo o ideal, essa oportunidade criada foi considerada um avanço na educação voltada para esse grupo, pois saiu do status de inexistente para a oferta de um ensino limitado.

Em seu estudo realizado acerca da história da educação especial no Brasil, Mazzotta sugere que com os avanços realizados a nível internacional no âmbito da educação especial, o Brasil iniciou um período de mudanças políticas, iniciando com a institucionalização de estabelecimentos educacionais para deficientes.

Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências (MAZZOTTA, 2001, p.27).

Os primeiros passos dados foram rumo ao atendimento de pessoas deficientes visuais e deficientes auditivas. O atendimento especializado para cegos iniciou-se aqui no Brasil no ano de 1854 como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. E em 1857 foi fundado o Instituto dos Surdos Mudos. Ambos institutos criados pelo imperador Dom Pedro II (MAZZOTTA, 2001).

Anos mais adiante, em 1926, surgiu a primeira fundação voltada para a educação de deficientes mentais no Brasil, nomeada como instituto Pestalozzi. Esse teve grande participação na implantação da educação especial em grande parte do país, iniciando pela região sul e se expandindo para vários outros estados brasileiros até a América do Sul (MAZZOTTA, 2001).

Com o passar do tempo, o contexto social, político e econômico foi tomando uma nova forma, conseqüentemente sendo necessário atualizar ainda mais o modelo educacional ofertado pelo país, para que assim a sociedade por meio da educação pudesse acompanhar ativamente as mudanças que estavam acontecendo. Conforme será apresentado mais adiante, esse processo se deu a partir de diversas legislações que foram implementadas ao longo do tempo, como a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

2.3 Educação Especial: Instituição especializada

A oferta de ensino para pessoas com deficiência e transtornos perpassou por vários estágios, historicamente falando, esse público deparou-se desde a omissão até a segregação no ensino regular. Hoje a educação especial ofertada em instituições especializadas já não é mais tão comum como algumas décadas atrás, isso devido às políticas educacionais atuais serem firmemente favoráveis a inclusão escolar.

Para Mazzotta (2001), a educação especial define-se como

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (p.11).

O atendimento pedagógico em instituições especializadas consiste na educação exclusiva de alunos com alguma deficiência, seja física ou intelectual, tendo assim escolas para cegos, surdos e escolas para deficientes intelectuais. Devido a essa exclusividade encontrada nas escolas especializadas, atualmente essa modalidade de ensino passou a ser vista como uma forma de privação do convívio social. Para Mantoan esse modelo de ensino “permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças” (MANTOAN, 2003, p.13).

A educação para deficientes de forma segregada, antes era vista como uma alternativa viável para atender às dificuldades dessas pessoas, acreditava-se que a

escola especializada assegurava a educação dos deficientes, pois teria um atendimento exclusivo com maior atenção às necessidades especiais dos alunos e maior capacitação para atendê-las. Hoje essa forma de ensino é vista como exclusão social e discriminação, que impõem limites aos deficientes.

Tendo em vista esse dilema, atualmente o atendimento educacional especializado foi integrado ao ensino regular, tendo os métodos e recursos pensados para as pessoas com deficiência associados ao currículo comum de ensino.

2.4 Educação Especial: inclusão escolar

Na atualidade, a inclusão escolar tem se impulsionado cada vez mais, isso devido ao surgimento de novas políticas públicas que buscam constantemente adequarem-se à demanda da sociedade, que solicita um modelo de ensino democrático para atendimento das diversidades.

Para tanto, está estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão (2015), em seu 28º artigo, as incumbências do poder público que são “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” exigências postas pela LBI, tais como:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia:[...]. (BRASIL, 2015. n.p.)

Esse modelo que objetiva oferecer uma educação igualitária a todo o público estudantil, consiste no atendimento educacional de alunos com ou sem deficiência, o processo ensino-aprendizagem nessa modalidade deve acontecer de modo conjunto sem categorizar o alunado.

Como afirma Carvalho (2005, p.72)

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola.

Como fruto de inúmeros debates em torno da educação para deficientes, surgiu a educação inclusiva. Isso aconteceu após esforços de diversos órgãos regulamentadores educacionais espalhados por todo o mundo, se reunirem numa convenção realizada na Espanha em 1994, onde foi definido na declaração de Salamanca que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular”, e que tais necessidades seriam atendidas tendo a criança como centro no processo educativo (UNESCO, 1994, p.1).

Ainda de acordo com os princípios estabelecidos na declaração de Salamanca, as escolas que atuam na perspectiva de inclusão “constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos” (UNESCO, 1994, p.1).

A fim de reforçar o amparo das escolas comuns para com os alunos deficientes, em 2008 foi desenvolvido pelo Ministério da Educação um sistema suplementar de ensino, o atendimento educacional especializado, esse deve ser ofertado prioritariamente numa sala de recursos, podendo ser na própria escola ou numa instituição alternativa. “O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.1).

Nessa perspectiva de inclusão escolar, espera-se que os alunos com deficiência possam se desenvolver nos aspectos cognitivos e sociais. A inclusão escolar tem sido fortemente apoiada, pois nela é vista uma forma humana e justa de ensino, oportunizando educação de qualidade a todos sem distinção alguma. “Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam” (MANTOAN, 2003, p.12).

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL, 2001, p.28).

Portanto a inclusão escolar não deve ser uma mera ideologia, pregando direitos iguais apenas na teoria, mas deve acontecer de fato com o atendimento coletivo na sala de aula.

2.5 Escola especializada ou inclusão escolar?

A educação especial está definida na lei de diretrizes e bases como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, n.p.).

Mesmo que a preferência seja optar pelo ingresso do aluno deficiente numa escola de ensino regular, isto irá depender das necessidades especiais apresentadas por cada criança. A própria LDB entende que nos casos em que a criança apresenta condições fisiológicas que a impeça de ser atendida por uma escola de ensino regular, será necessário buscar pelo atendimento educacional especializado, seja ele ofertado em classes especiais em escolas comuns, ou em instituições especializadas (BRASIL, 1996).

O que está definido na legislação deve ser considerado o fator determinante para inserção da criança deficiente em uma instituição escolar, já que tais exigências são frutos de estudos constantes em torno das necessidades educacionais especiais apresentadas pela sociedade de forma cada vez mais numerosa.

Outro ponto que deve ser considerado nessa escolha, é o desenvolvimento que será oportunizado a criança em cada instituição. Seguindo o pensamento de Vygotsky veremos que a maior deficiência pode estar nos paradigmas de ensino.

O efeito do déficit/defeito na personalidade e na constituição psicológica da criança é secundário porque as crianças não sentem diretamente seu estado de handicap. As causas primárias, a sua dita forma especial de desenvolvimento são as limitadas restrições colocadas na criança pela sociedade. É a realização sociopsicológica das possibilidades da criança que decide o destino da personalidade, não o déficit em si (VYGOTSKY, 1989. apud COSTA, 2006, n.p)

É fácil concluir que a perspectiva de inclusão oferece um campo de socialização maior. Assim a criança poderá ser desenvolvida de forma mais ampla, pois além da aprendizagem propriamente dita, ela irá construir novos conhecimentos a partir da interação com outras crianças sejam elas deficientes ou não, numa escola comum as crianças poderão desenvolver-se socialmente e não estarão limitadas a um contexto com enfoque na sua deficiência.

Por outro lado, é reconfortante ter as instituições especializadas para as pessoas com necessidades especiais que não se enquadram no modelo inclusivo ofertado atualmente. É certo que ambos os modelos contribuem com a educação especial, seja atendendo na perspectiva de inclusão ou numa escola especializada, a maior preocupação é garantir o direito e acesso à educação para todos independente de deficiência e dificuldade que cada pessoa apresente. Para Glat e Ferreira (2003) a inclusão escolar não anula a educação especial, mas complementa-se com os métodos e recursos dessa modalidade de ensino.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

Conforme previsto anteriormente, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da entrevista composta de seis questões realizada com dois grupos de professores. O primeiro grupo entrevistado foi composto por três professoras atuantes na Escola de Educação Especial João Nascimento Cardoso Júnior, e o segundo grupo foi composto por três professores atuantes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oviêdo Teixeira. Ressaltando que por questões éticas, os professores foram identificados apenas pelo primeiro nome, conforme autorizado por eles. Os resultados das entrevistas estão em ordem alternada, em cada questão estão sendo apresentadas as respostas do primeiro e do segundo grupo respectivamente.

Na primeira questão foi questionado aos professores se possuíam algum tipo de especialização para atuar na educação especial. As professoras do primeiro grupo afirmaram que sim, todas fizeram o curso em Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo que a professora Zuleide também é especialista em psicopedagogia. Enquanto os professores do segundo grupo não possuem especialização em educação especial, com exceção de uma professora que é pós-

graduada em educação inclusiva. Essa questão foi colocada para analisar o nível de formação dos docentes atuantes na educação especial, avaliando se esses possuem os conhecimentos de técnicas e metodologias necessárias para o processo de ensino desse público em específico. Assim também como estabelece a Lei de Diretrizes e Base “Art 59 III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (BRASIL, 1996, n.p.)

Seguindo com a entrevista, foi perguntado aos professores quais seriam as especificidades do ensino ofertado na respectiva modalidade de ensino na qual está atuando. A partir das respostas apresentadas pelos dois grupos, foi possível perceber que o ensino realizado nas duas modalidades é semelhante, tanto na inclusão escolar quanto na escola especial, a educação acontece a partir do estudo do perfil de cada aluno, para que então seja encontrada a melhor forma de explorar suas potencialidades.

“São usadas estratégias específicas para cada tipo de deficiência, ainda mais que no grupo de deficientes intelectuais são encontradas diferentes especificidades, cada um com um nível de entendimento, então é feito um trabalho bastante diferenciado. Então cabe ao professor especialista adaptar e adequar todo o conteúdo para essa criança, para isso, antes é preciso conhecer e saber qual a limitação dessa criança, dentro das suas competências e habilidades, para a partir daí planejar o trabalho que deverá ser desenvolvido com cada aluno.” (Professora Patrícia, grupo1)

“Pelo fato de ter uma sala composta por alunos com deficiências variadas, e níveis de compreensão diferentes um dos outros, é preciso oferecer o conteúdo para esses alunos e a partir disso é preciso observar como eles vão responder a essa oferta de conhecimento. No caso de um aluno com o cognitivo menos comprometido como o aluno com síndrome de Dawn é possível notar uma assimilação imediata do que foi trabalhado, mas por outro lado um aluno TEA, muitas vezes não demonstra interesse pela atividade, então depende de a professora pensar uma nova estratégia exclusiva para este aluno. Uma sala mista de alunos deficientes cognitivos, significa várias didáticas e planejamentos.” (Professora Zuleide, grupo1)

“Com a turma geral eu consigo trabalhar seguindo os conteúdos planejados e com os livros didáticos. Já com os alunos especiais eu preciso avaliar com mais

frequência e a partir daí conforme eu for descobrindo as habilidades e as dificuldades desses alunos, eu reformulo as atividades e faço uma nova tentativa, e assim sucessivamente. O principal método é observar esses alunos com mais atenção para entender as necessidades deles e assim atendê-las.” (Professor Maurício, grupo2)

A partir desses depoimentos é possível entender a complexidade que está relacionada ao ensino de alunos com deficiências e transtornos. Como foi dito pelas entrevistadas, esse trabalho exige um olhar mais atento para enxergar a diversidade do público atendido. Para Mazzotta (2001) essa diversidade, vista na educação especial, demanda recursos especiais para suplementar os recursos regulares. E não se trata apenas de recursos materiais, mas se trata também de pessoas preparadas para proporcionar meios de aprendizado aos alunos.

Na terceira questão foi perguntado aos professores qual a maior dificuldade encontrada por eles dentro do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos. As respostas apresentadas pelo primeiro grupo se assemelharam ao apontar o papel que as famílias dos alunos vêm desempenhando nesse processo.

“A maior dificuldade que eu encontro hoje dentro desse processo com alunos deficientes intelectuais, são as barreiras postas pelas famílias, seja nas altas expectativas criadas pelas famílias, ao não considerar as limitações do aluno, dessa maneira vejo como se o nosso trabalho não está sendo compreendido pelas famílias.” (Professora Patrícia, grupo1)

“Tenho aqui na sala quatro alunos sendo que um foi diagnosticado com esquizofrenia, é um aluno que depende muito dos medicamentos, aí entra a família. Hoje esse aluno não foi medicado e assim comprometeu toda a turma, não foi possível desenvolver nada referente a parte pedagógica, foi um dia de mediações comportamentais, pelo fato de uma das partes não ter atendido uma necessidade de extrema importância na vida desse aluno esquizofrênico, que é tomar a medicação corretamente.” (Professora Zuleide, grupo1)

Já os professores do segundo grupo, apontaram a falta de recursos adaptados como um dos maiores desafios enfrentados em sala de aula. Afirmaram que a escola não dispõe de materiais específicos para os professores usar em alunos deficientes em sala de aula, e que os materiais são disponibilizados apenas para uso na sala de recursos.

Nesse sentido, compreendendo o papel de cada instituição, familiar e escolar, na educação da criança e/ou adolescente, Szymanski (2004) afirma que a relação família e escola é um elo que deve ser fortalecido em prol do pleno desenvolvimento do aluno. O autor entende que é nessa relação que serão traçadas as principais estratégias para alcançar os objetivos definidos para a formação global do aluno. Portanto é preciso que ambas as partes assumam tal compromisso nesse processo de formação do indivíduo.

Seguindo com a entrevista, na quarta questão foi perguntado aos professores como a respectiva modalidade de ensino afeta o desenvolvimento social dos alunos. As professoras do primeiro grupo, que atuam numa escola especializada afirmaram com convicção que apesar de a escola atender apenas alunos com deficiência, esses conseguem interagir uns com os outros, socializando entre si e conhecendo a própria subjetividade e a do outro. Mesmo nos casos em que existe a falta da oralidade, ainda assim há interação entres os alunos, quando eles compartilham materiais, brinquedos e lanches.

Os professores do segundo grupo completaram afirmando que as deficiências apresentadas pelo público atendido, acomete uma grande porcentagem da capacidade cognitiva dos alunos no viés de aprendizado pedagógico, mas ao que se refere ao convívio social desse grupo nota-se que os alunos superam as limitações da deficiência e se agrupam em diversas atividades livres. Pontuaram ainda que a inclusão escolar prepara os alunos com deficiência para a vida em sociedade, além de conscientizar os demais alunos, incentivando-os a olhar para a diversidade com respeito e sensibilidade.

Vygotsky (1989 apud COSTA, 2006) afirma que a pessoa se constrói através das interações com outras pessoas. E para que essas interações aconteçam, o indivíduo deve ser inserido nas diversas instituições que podem favorecer as relações interpessoais.

A quinta questão abordou um ponto que ainda nos dias atuais apresenta bastante controvérsia. Foi pedido aos professores que apresentassem suas opiniões acerca da inserção de alunos com deficiência e transtornos em escolas de ensino regular. Nesse questionamento os professores dos dois grupos se mostraram inclinados a favor da inclusão escolar, porém foram apontadas algumas ressalvas a respeito das políticas públicas.

“Acredito que os alunos especiais em sua maioria se encaixam numa escola regular, desde que a escola esteja preparada para recebe-los, e esse é o ponto de maior dificuldade. Embora hoje em dia contarmos com legislações que apontam um caminho de como trabalhar esses alunos, com empatia, humanidade, sensibilidade. Cada escola, cada educador vai ter sua concepção de ensino, isso gera uma grande discussão, pois para que o deficiente intelectual possa alcançar avanços em seu aprendizado, é preciso que a escola, principalmente enquanto gestão, saia do seu quadradinho e tenha um olhar amplo para se preparar para o diferente, e fazer com que esse diferente tenha um tratamento igual aos demais. Isso é inclusão e eu acredito nisso.” (Professora Zuleide, grupo1).

“No momento atual, não acredito que a inclusão escolar seja o ideal para o nosso público (deficientes intelectuais). Precisamos trabalhar muito o nosso olhar como professor que atuamos dentro de uma sala regular, para poder inserir com segurança e sem prejuízo esse aluno.” (Professora Vânia, grupo1).

“Para que a inclusão de alunos deficientes realmente aconteça, é preciso que os órgãos responsáveis criem meios para que a escola possa executar seu papel. Isso porque quem está no dia a dia com esses alunos sabe que nem todo aluno que é recebido pela escola consegue se adaptar ao ambiente, então as políticas desse âmbito devem ser mais específicas.” (Professora Elizabete, grupo2)

“Estou ciente de que as crianças com deficiência têm o mesmo direito que as demais crianças, sei que as escolas devem receber todos alunos sem distinção. Porém na minha opinião nem toda escola recebe o suporte necessário para prestar um ensino de qualidade para esse grupo de alunos, assim em alguns casos a inclusão acaba não acontecendo.” (Professora Viviane, grupo 2)

Os discursos dos professores transmitiram um certo receio quanto à inserção de alunos com deficiência e em escolas regulares. E a justificativa para tal insegurança infelizmente foi relacionada à falta de preparo das escolas para o atendimento desse público.

Para Mantoan (2003) a inclusão escolar pode acontecer de modo eficaz, contando que os setores responsáveis saiam da zona de conforto, desconstruindo um modelo ultrapassado de ensino. A autora afirma que para a inclusão escolar acontecer, depende tanto de a escola contar com uma estrutura adequada, mas depende principalmente do professor saber ensinar de modo que o conhecimento chegue ao aluno com necessidades especiais de aprendizagem.

Na última questão foi perguntado aos professores sobre os resultados que eram obtidos com a avaliação de aprendizagem desse grupo de alunos. Questionado aos professores dos dois grupos se os alunos conseguiam acompanhar os conteúdos programados. Analisando as respostas das três professoras do primeiro grupo, foi notado que grande parte do trabalho realizado em sala de aula é com foco em melhorar o aspecto comportamental do aluno, especificamente para os alunos que apresentam comorbidades mais severas. Nesses casos não são criadas grandes expectativas para parte pedagógica.

Enquanto nos casos dos alunos em que as especificidades da deficiência não comprometem tanto suas funções cognitivas, segundo as professoras, é possível realizar atividades buscando desenvolver a autonomia desses alunos. No entanto, mesmo obtendo progressos no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, as professoras assumiram que poucos alunos alcançam a alfabetização.

Os professores do segundo grupo responderam que a aprendizagem dos alunos desses grupos especiais é bastante relativa, assim não tendo um parâmetro para determinar se a aprendizagem alcançada pelo aluno está dentro da média de cada etapa de ensino. Afirmaram ainda, que os resultados dos alunos deverão estar alinhados ao seu potencial, isto é, não se deve esperar nem a mais, nem a menos do aluno com deficiência e transtornos. Mas sim deve ser respeitado até aonde esse aluno pode chegar, no sentido de aprendizado.

Seguindo o pensamento de Vygotsky, a deficiência não anula a capacidade de aprender, desde que haja a mediação adequada no processo de ensino. "Todas as crianças podem aprender e se desenvolver[...]As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental". (VYGOTSKY, 1989 apud COSTA, 2006, n.p.). Portanto, vimos que a deficiência em si não é o único fator que irá determinar até aonde o aluno poderá avançar, em termos de aprendizagem. Mas também a forma que o professor irá conduzir esse aluno ao longo do processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial na perspectiva de inclusão escolar está recebendo bastante visibilidade e grandes expectativas pela sociedade em geral. É certo que a inclusão escolar é a modalidade de ensino preferida, pois oportuniza aos alunos com

deficiência e transtornos uma educação igualitária, ampliando o meio social desses alunos na interação com os demais alunos ditos normais.

Mas devemos reconhecer que educar com práticas pedagógicas adequadas às necessidades específicas dos alunos, é um grande desafio para a escola e para o professor. Por isso o educador deve buscar ampliar seus conhecimentos, para que assim possa ensinar com segurança no seu trabalho, e consiga entregar a educação idealizada para esse público. A escola por sua vez deve atuar de forma conjunta, seja internamente envolvendo toda a equipe pedagógica e especialistas. Além de buscar apoio dos órgãos responsáveis para torna-se cada vez mais preparada para ofertar uma educação de qualidade a todos os alunos.

Enquanto a educação ofertada nas instituições especializadas, apesar de estar sendo cada vez menos requisitada, ainda assim persiste no intuito de receber os alunos que por alguma razão não foram inseridos no ensino regular. Considerando o quanto os transtornos podem ser complexos, vejo que em alguns casos específicos a inserção do aluno numa escola regular pode estar implicando num ensino paliativo, onde esse aluno será contido ao máximo para que não afete o desempenho do restante da turma. Nesse sentido, considerando a dimensão do desafio atrelado a cada caso, a escola especializada surge como uma opção alternativa para receber esse aluno com necessidades especiais de aprendizagem.

Visto isso, reconhece-se a inclusão escolar como o modelo de ensino ideal para a educação de pessoas com deficiência, já que aproxima a pessoa com deficiência da realidade que irá encontrar nos demais setores sociais ao longo de sua vida. No entanto, não se descarta a importância do papel das instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência e transtornos. Pois essas complementam o trabalho realizado pela inclusão escolar. Ambas se encontram no propósito de assegurar o direito à educação aos diversos públicos existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto n.º 5.671, de 18 de setembro de 2008**. Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: 1996.

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: A contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista da associação de psicopedagogia brasileira**, 2006, v.23, ed.72. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br> Acesso em: 05 maio 2022.

FERREIRA, J.R. GLAT, R Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B. FARIA, L. C. M. (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, ed. 4, 2002.

GLAT, Rosana; FERNANES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**, nº 1, 2005, MEC/SEESP. Disponível em: <http://forumeja.org.br/> Acesso em: 30 abr. 2022.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA, Rejane de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org> Acesso em: 30 abr. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas Educativas Familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. Campinas: **Revista Estudos de Psicologia**, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 07 set. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Luziane da Silva Cunha, acadêmico (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA, orientado (a) pela Prof. (a) MsC Carla Daniela Kohn, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema versa sobre: CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA ESPECIALIZADA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNO: Uma pesquisa de campo em Aracaju/SE, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta, troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 22/11/2022



Assinatura da aluna concluinte